

CLIPPING IMPRESSO 10/08/2018



INDICE

1.	JORNAL ATOS E FATOS	
	1.1. JUÍZES	
2.	JORNAL CORREIO POPULAR	
	2.1. CORREGEDOR (A)	
3.	JORNAL O DEBATE	
	3.1. ESMAM	
	3.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	- 5
4.	JORNAL O IMPARCIAL	
	4.1. PUBLICIDADE LEGAL	
5.	JORNAL O PROGRESSO	
	5.1. CORREGEDOR (A)	
	5.2. JUIZADOS ESPECIAIS	
	5.3. JUÍZES	
б.	JORNAL PEQUENO	
	6.1. CEMULHER	- 14
	6.2. COMARCAS	i
	6.3. CONVÊNIOS	j
	6.4. DECISÕES	- 18
	6.5. ESMAM	,
	6.6. FÓRUM DE SÃO LUÍS	- 21
	6.7. JUÍZES	2 - 23
	6.8. PRESIDÊNCIA	Į

ameaçando um promotor de justiça aqui do Maranhão, (...)

djalrodrigues@bol.com.br Fone: 8865-8067 e-mail pra on a Sibi



Ah, morena tem uma bomba de milhares de megatons ameaçando um promotor de justiça aqui do Maranhão, que é assim, ó, com um prefeito da região da Baixada e que está todo enrolado com todos os órgãos de fiscalização, por conta de grossas maracutaias.

Negócio é o seguinte morena: O tal prefeito, era vice do antecessor. Fuçou, fuçou, denunciou, denunciou o titular e acabou tomando o lugar do companheiro de chapa. Depois, se reelegeu e aí vieram as surpresas.

Ele fez mais presepadas do que o ex-colega de chapa. Pra completar a dosagem, o referido promotor de justiça – que não está mais na cidade -, havia indicado um aliado seu para o estratégico cargo de presidente da Comissão de Licitação.

Certa vez, embriagado, o protegido do representante do MP, caiu de porrada numa mulher. Capturado pela polícia, disse que não poderia ser preso porque era irmão do promotor da cidade. A polícia foi apurar a história e descobriu que ele não era irmão

coisa nenhuma, mas apenas amiguinho do dito promotor.

O caso virou um escândalo e o representante do Parquet foi denunciado junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para as devidas providências, que jamais foram tomadas.

Agora, Bibi, me diz uma coisa: para que serve mesmo essa tal de CNMP? Diferentemente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ele nada faz. O CNJ frequentemente mete o pijama em juiz e em desembargador, por prática de irregularidades.

Já o CNMP, nunca disse a que veio. São tantas as denúncias contra promotores e procuradores de justiça, mas não se sabe o que acontece. Aqui no Maranhão, só se tem conhecimento de um promotor que foi afastado das funções. Mas esse quebrava e arrebentava, não tinha jeito.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

corregedor-geral da Justiça

Reunião: Advogados de Açailândia apresentam demandas ao corregedor-geral da Justiça

A comarca de Açailândia está recebendo visita estratégica de equipe da Corregedoria Geral da Justiça até esta quinta-feira (9)

Nesta terça-feira (7), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniu-se com advogados militantes de Açailândia e comarcas próximas, quando apresentaram as principais necessidades da categoria em relação aos serviços judiciais na região. O corregedor-geral esteve acompanhado da juíza Kariny Reis, auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo planejamento estratégico.

Participaram da reunião a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Subseção de Açailândia), Stela Chaves, o vice-presidente, Daniel Galvão, além de outros advogados e conselheiros da OAB.

Os advogados levantaram a necessidade de medidas por parte da direção do Judiciário maranhense para conferir mais agilidade à tramitação processual na comarca de Açailândia, solicitando principalmente a instalação da Vara da Fazenda Pública, já criada por lei. Segundo eles, a medida otimizaria o trabalho e desafogaria a 1ª Vara Cível – a qual afirmaram ser a principal problemática da comarca, em

razão do elevado acervo processual.

Eles ressaltaram o crescimento demográfico e o desenvolvimento da região, o que tem provocado o aumento da demanda processual e, em consequência, elevado o tempo de espera pelas decisões judiciais. Outra questão levantada foi a necessidade de reforma e ampliação do fórum da comarca, para permitir a instalação da vara da Fazenda Pública e uso do Salão do Júri; e melhorias nas acomodações oferecidas.

Os advogados pediram ainda melhorias de caráter administrativo, como relacionadas à realização de atos ordinatórios por parte das Secretarias Judiciais - de acordo com o Provimento Nº 22 da CGJ-MA; ao cumprimento de determinações contidas em despachos judiciais; às prerrogativas e regras de atendimento aos advogados pessoalmente e por telefone, entre outros.

O advogado Danilo Chammas ressaltou o aumento dos conflitos agrários na região e a necessidade de medidas por parte do Poder Judiciário para buscar a solução das disputas de terra, evitando o aumento de processos judiciais relacionados.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, manifestou sua preocupação com a situação de acúmulo processual da comarca, afirmando que a equipe da CGJ-MA está realizando diagnóstico e elaborará Plano de Ações para adoção de melhorias imediatas nas secretarias judicias, a fim de otimizar o fluxo processual e a regularização de realização de atos ordinatórios.

O desembargador explicou sobre a impossibilidade imediata de nomeação de servidores e juízes, em razão das limitações orçamentárias do Poder Judiciário, afirmando que levará a situação ao conhecimento do Pleno do TJ.

Ele solicitou aos advogados a apresentação por escrito de todas as demandas, para que sejam estudadas naquilo que se refere às atribuições da Corregedoria ou encaminhadas ao presidente do Tribunal, desembargador Joaquim Figueiredo. "Adotaremos algumas medidas imediatamente, a fim de melhorar o funciona-

mento das unidades, com o objetivo de implementar outras soluções a médio prazo", disse.

Visita - A comarca de Açailândia está recebendo visita estratégica de equipe da Corregedoria Geral da Justiça até esta quinta-feira (9), com o objetivo de identificar os principais problemas nas unidades judiciais e implementar medidas de melhoria.

A medida faz parte do Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento Processual, da CGJ-MA, que tem o objetivo de desenvolver ações efetivas que possam contribuir para a diminuição das taxas de congestionamento de julgamento e de baixa processual na Justiça de 1º Grau do Maranhão.

O Programa está previsto no Plano de Gestão da CGJ-MA para o biênio 2018/2019, e também prevê medidas como a Semana de Baixa Processual e a atuação do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais (NAUJ) – por meio da implementação de ações de apoio e de orientação às unidades judiciais da justiça de 1º grau. (TJMA)

Bate **Rebate**

PALESTRA



A ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é a convidada da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) para a próxima edição do projeto Durante o Expediente, que acontecerá no dia 10 de agosto. A magistrada do STJ proferirá a palestra tema Execução da Pena: Direitos Humanos

e Jurisprudência, a partir das 10 horas, no auditório do Fórum de São Luís (Calhau). O evento é aberto ao público. As inscrições serão feitas no local e darão direito a certificado de participação emitido pela ESMAM. Informações adicionais pelo e-mail divtreinamento@tjma.jus.br.

Política

■ Página. 3

Assembleia aprova projeto que dá mais assistência a crianças vítimas

Assembleia aprova projeto que dá mais assistência a crianças vítimas de violência sexual

O principal objetivo do projeto é assegurar a assistência e atendimento humanizado a crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência sexual

Foi aprovado o Projeto de Lei de autoria do deputado estadual Roberto Costa, que altera o Código de Saúde do Maranhão, adequando-o ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e à Lei Federal nº 13.431/2017. O projeto foi proposto pelo Ministério Público por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, em nome dos promotores Sandro Lobato e Márcio Tadeu.

O principal objetivo do projeto é assegurar a assistência e atendimento humanizado a crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência sexual, bem como de garantir a livre e esclarecida opção da gestante ou mãe de entregar o seu filho para adoção.

"Sabemos da Rede de Proteção que existe para as nossas crianças e adolescentes, mas o nosso Código de Saúde também precisa ser adequado, visando um atendimento mais humanizado, uma assistência maior para essas crianças e jovens vítimas de abuso e violência", destacou o parlamentar.

O promotor Sandro Lobato, que na época era coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, ressaltou a importância do projeto para crianças e adolescentes.

"Uma legislação de vanguarda, sem dúvidas, na proteção à criança e ao adolescente. Por outro lado, o projeto prevê, ainda, um atendimento humanizado para aquelas meninas



Projeto é de autoria do deputado Roberto Costa

grávidas menores de 14 anos, ou seja, para as vítimas de estupro de vulnerável. Além de deixar claro que os estabelecimentos de saúde devem esclarecer as grávidas sobre o seu direito de, caso desejem, entregar seu filho para a adoção na forma regulada pelo ECA, procurando assim evitar que, por medo e desconhecimento, a mãe abandone os filhos no hospital", afirmou.

De acordo com o Projeto de Lei (PL), hospitais, postos de saúde, clínicas, casas de repouso, serviços e unidades de saúde devem oferecer às crianças e adolescentes gestantes ou mães atendimento psicológico nos casos de necessidade de encaminhamento de seus filhos para adoção (conduzindo-as, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude da comarca em que estiver situada).

O PL ainda obriga os estabelecimentos de saúde a fixarem placas, conforme portaria da Superintendência Estadual de Vigilância Sanitária, em todos os setores de atendimento pré-natal e obstétrico, informando sobre a possibilidade dessas gestantes e mães (criança e adolescente) entregarem seus filhos para adoção.

Por fim, o PL determina que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente publique resoluções que sirvam de base para que os municípios se organizem sobre o atendimento humanizado a crianças e adolescentes nas áreas de segurança, saúde e assistência social.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 36/2018 - Processo nº 14.140/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contratos de Abertura: 23/08/2018 às 10:00h (horário de Brasilia); Local: www.comprasgovernamentais.gov.br. Justificativa: Devido a falhas no envio do arquivo do edital no sistema comprasnet. Ficam inalteradas as demais condições do certame; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luis/MA. CEP: 65:010-190; E-mail: colicitação@tjma.jus.br. Fone: (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 08 de agosto de 2018. Mauricio Fernandes Lima - Pregoeiro do TJMA.

Corregedoria avalia situação da comarca de Açailândia

Nessas terça-feira (7) e quarta-feira (8), a comarca de Açailândia (região tocantina) recebeu visita estratégica de equipe da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com o objetivo de avaliar as principais problemáticas no funcionamento das unidades judiciais e implantar medidas de melhoria. A visita foi coordenada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhado pela juíza Kariny Reis, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo Planejamento Estratégico.

O corregedor-geral conversou com servidores e com os juízes Clécia Pereira Monteiro. Pedro Guimarães Júnior e Franklin Brandão Júnior, que relataram dificuldades na estrutura física do Fórum José Ribamar Fiquene, como infiltrações que provocam problemas elétricos. Eles ressaltaram a necessidade de ampliação do Fórum, que foi construído em 2002 para abrigar cinco unidades judiciais, mas atualmente já abriga seis varas judiciais e um juizado especial, onde trabalham cerca de 110 servidores, incluindo terceirizados.

Segundo os magistrados e servidores da comarca, o espaço físico é insuficiente para instalar novos setores e salas de depoimento especial, necessitando ainda de mais banheiros, Salão do Júri – que foi adaptado para receber a 2ª Vara Criminal -, entre outras melhorias para garantir um melhor atendimento ao crescente número de jurisdicionados da região.

Segundo informações dos juízes, o Tribunal de Justiça já autorizou a realização de reforma no Fórum, para resolução de problemas emergenciais como troca do piso, rede elétrica, reforma do teto e parte logística. Outra medida será a mudanca de local de funcionamento do Juizado Especial, que passará a funcionar em prédio próximo ao Fórum. "A ampliação das instalações do Fórum de Açailândia é uma necessidade e essencial para oferecer o atendimento ade-



Corregedor conversou com juízes e servidores de Açailândia

quado às centenas de pessoas que diariamente frequentam o local", observou a juíza Clécia Monteiro.

Reunidos com o corregedor-geral da Justiça na última terça-feira (7), advogados militantes na comarca também levantaram a necessidade de medidas por parte da direção do Judiciário maranhense para conferir mais agilidade à tramitação processual, solicitando principalmente a instalação da Vara da Fazenda Pública, já criada por lei. Segundo eles, a medida otimizaria o trabalho e desafogaria a 1ª Vara Cível a qual afirmaram ser a principal problemática da comarca, em razão do elevado acervo processual - atualmente superior a 10.500 processos e com uma distribuição média de 183 processos ao mês.

O corregedor entregou aos magistrados o Relatório da Visita Estratégica, contendo medidas imediatas de melhoria nas rotinas, no qual foram abordadas técnicas nas secretarias e gabinetes de cada unidade judicial, sendo sugerido a implantação de novas metodologias e ferramentas com a finalidade de contribuir com a otimização dos processos de trabalho e com o aumento da produção processual.

O desembargador disse que a instalação da vara da Fazenda Pública já foi autorizada pelo presidente do TJ, desembargador Joaquim Figueiredo, dependendo da disponibilização de espaço físico – o que será avaliado com a mudança do Juizado Especial para novo prédio. "O objetivo da Direção do TJ é a adequar as condições físicas e melhorias gerais na comarca, o que está sendo buscado de acordo com a disponibilidade orçamentária", observou.

Comarca

De entrância intermediária, a comarca de Açailândia funciona atualmente com duas varas cíveis; duas varas criminais e duas varas de Família e um Juizado Especial Cível e Criminal.

Pertencente ao polo judicial de Imperatriz, a comarca de Açailândia também atende ao jurisdicionado dos municípios de Cidelândia e São Francisco do Brejão, termos judiciários.

Itinga

Nessa quarta-feira (8), o corregedor-geral também esteve visitando as instalações da comarca de Itinga do Maranhão, a 125 km de Imperatriz. Lá, o desembargador conversou com servidores e com a magistrada titular Alessandra Lima Silva, para conhecer a estrutura física e situação processual.

De entrância inicial, a comarca de Itinga conta atualmente com um acervo aproximado de 3.800 processos, e uma distribuição média mensal de 127 processos – registrada em 2017. (Asscom CGJ)

Em Imperatriz, Ministério Público já iniciou a campanha contra "fake news"

Por iniciativa do promotor de Justiça Alessandro Brandão, titular da 6ª Promotoria Criminal de Imperatriz, desde então a campanha "Nas redes sociais, diga o que pensa... Sem ofensas!" só tem crescido. A coisa começou em Imperatriz e já tomou conta do Estado.

Pelo que tem dito o promotor nas entrevistas e palestas, o objetivo da campanha "é fomentar a cultura do respeito e da responsabilidade nas redes sociais, por meio de um trabalho de orientação dos usuários, para que entendam sobre liberdade de expressão como garantia constitucional que deve ser exercida em harmonia com outras garantias, especialmente a honra, a privacidade e a intimidade".

Alessandro Brandão lamenta que as mídias sociais também sejam utilizadas para propagar ódio e racismo, e isso ele deixa bem claro que precisa ser combatido.

A campanha do Ministério Público ganha grande importância agora no período eleitoral, quando é comum adversários políticos usarem as redes para divulgar e compartilhar conteúdos quando não falsos, ofensivos à honra objetiva e subjetiva, sobretudo dos candidatos, fato que virou uma preocupação nacional da Justiça Eleitoral a ponto de o próprio presidente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, ministro Luiz Fux, investir numa campanha para combater tais condutas.

Em Imperatriz, segundo informou o promotor Alessandro Brandão recentemente em nota distribuída pelo MP, os números do Juizado Criminal de Imperatriz, que julga os chamados crimes de menor potencial ofensivo, demonstram que crimes praticados pela internet têm crescido. Em 2016, dos julgamentos de casos de crimes contra a honra no município, 28,3% foram praticados nas redes sociais. Em 2017, esse número subiu para 41,38%. Em 2018, os delitos já compõem 51,28% dos casos, a maior parte deles pelo WhatsApp e Facebook.

Alessandro Brandão acentuou que as penalidades para crimes de calúnia, injúria e difamação também valem para o ambiente virtual. A diferença é a produção da prova, facilmente obtida quando produzida através de mídias sociais, já que um print é suficiente para a abertura de um processo contra a pessoa que cometeu o delito", alerta o promotor, acrescentando que é possível identificar, inclusive, criadores de perfis falsos por meio do endereço de protocolo de internet.

SAIBA MAIS

O que é injúria?

É a ação de ofender a honra e a dignidade de alguém. Significa o mesmo que injuriar, de ofender outrem. Tem origem na palavra injustiça e corresponde àquilo que é injusto, o contrário do que é direito. Em termos penais, o direito define a injúria enquanto um dos crimes contra honra (Artigo 140 do Código Penal).

Verbos: "ladrão", "babaca", "idiota", "imbecil", e no caso da injúria qualificada, "macaco", "viado", "velho", entre outros xingamentos e palavras de baixo calão.

A justiça brasileira ainda prevê a injúria real, ou também chamada de injúria física, que é a agressão física de forma vexativa. Como um tapa na cara, por exemplo, que causa uma situação humilhante além da lesão corporal.

O que é difamação?

Enquanto a injúria ofende a dignidade ou o decoro de alguém. A difamação (art. 139 CP) é a ofensa feita de modo que fira a reputação das outras pessoas.

O que é calúnia?

Já a calúnia (art. 138 CP) é o crime que se configura quando alguém acusa outra pessoa falsamente de ter cometido um crime.



Promotor de Justica Alessandro Brandão

Homicida de Imperatriz é preso no Pará

Policiais militares de Altamira, no estado do Pará, apresentaram nessa quinta-feira (9), na 22ª Seccional Urbana de Altamira, Rogério Silva Portela, 25 anos, que é acusado de ser o autor do homicídio de Daniel França Santos, fato ocorrido na última sexta-feira (3), no Recanto Universitário, em Imperatriz.

Segundo os policiais, Rogério Silva Portela se apresentou espontaneamente. Rogério está com prisão decretada pela Justiça de Imperatriz, através do juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto. Ele será recambiado para Imperatriz, em data que ainda será definida pela Delegacia Regional de Polícia Civil, para que possa cumprir as determinações da lei. Rogério foi indiciado por homicídio duplamente qualificado e se condenado, pode pegar de 12 a 30 anos de prisão.

NEUTRA - CM.: 64 (16 x 4 col) machista

Lei Maria da Penha

Após 12 anos, maior desafio ainda é o fim da mentalidade machista

PÁG. 1 [C2]



Lei Maria da Penha

Após doze anos, o maior desafio ainda é o fim da mentalidade machista

Durante todo o ano passado e o primeiro semestre de 2018, 5.131 BOs foram registrados por violência contra as mulheres no Maranhão

NEUTRA - CM.: 186 (31 x 6 col) machista

LUCIENE VIEIRA

Doze anos se passaram desde a criação da Lei Maria da Penha e, apesar da pouca idade, a conquista de um feito resume a importância da primeira legislação de combate à violência doméstica no Brasil: ela é uma das leis mais conhecidas pelos brasileiros. Entretanto, o cenário de agressões às mulheres ainda é assustador. O Maranhão tem 5.131 Boletins de Ocorrências registrados de 2017 até o primeiro semestre deste ano. No mesmo período, dados da Secretaria de Estado da Mulher revelam 2.719 Medidas Protetivas e 1.236 inquéritos policiais instaurados, além de 371 prisões. No dia 7 deste mês, a Lei Maria da Penha completou doze anos de existência. A titular da Secretaria de Estado da Mulher, Terezinha Fernandes, afirmou que seu maior desafio ainda a plena extinção da mentalidade machista. De acordo com Terezinha Fernandes, por muito tempo se pensou que a solução para a violência em casa tinha de ser buscada no próprio ambiente doméstico. A lei deu uma contribuição enorme para romper com essa mentalidade quando definiu que a denúncia não precisa partir só da vítima, no entanto, segundo a secretária da Mulher, a sociedade precisa se envolver mais. "A violência doméstica é uma responsabilidade da sociedade. Há que se desconstruir a cultura existente que vê a mulher como um objeto, como um ser diferente e inferior ao homem", declarou Terezinha Fernandes. A chefe do Departamento de Enfrentamento à Violência Contra Mulher - da Secretaria de Estado da Mulher –, a assistente social Maria Helena Veiga Vieira, informou que o órgão tem realizado seminários e cursos voltados ao atendimento à mulher em situação de violência de gênero. "Nossa capacitação é feita em delegacias do interior do Maranhão, municípios onde não existem centros de referência, juizados especiais e delegacias especializadas. A vítima necessita de um atendimento humanizado, de respeito. 98% dos brasileiros sabem do que se trata a Lei Maria da Penha, mas ainda falta o conhecimento aprofundado, tanto da vítima quanto do agressor, da sociedade e dos órgãos públicos", enfatizou Maria Helena, ao complementar que mais de 45 cidades já receberam os cursos e seminários da Mulher, cuja meta é alcançar o número de 60 municípios até o fim deste ano.



Muitas mulheres ainda precisam conhecer, mais profundamente, a lei criada para lhe dar amparo em casos de violência doméstica

TIPOS DE AGRESSÃO

De acordo com a delegadageral adjunta da Polícia Civil do Maranhão, Adriana Amarante, todos os crimes de violência contra mulher são tratados na Delegacia da Mulher, mas nem todos estão no âmbito da Lei Maria da Penha. "A lei veio para coibir, prevenir e tomar providências relacionadas aos crimes ocorridos dentro do ambiente doméstico, ou em razão de uma relação de afetividade entre a vítima e o agressor", informou Adriana Amarante. Segundo a delegada, a Lei Maria da Penha prevê punição para quem agredir fisicamente o parceiro ou parceira - na esmagadora maioria das vezes, a vítima é mulher. São Inclusos aí chutes, socos e empurrões, por exemplo. Também é contemplada pela lei a esfera psicológica e mental da violência. A primeira acontece quando o parceiro humilha a mulher e a faz se sentir inferior. Já a segunda pode ser identificada por difamação e calúnia. A patrimonial ocorre quando o parceiro controla o dinheiro e os bens da mulher, impedindo que ela seja independente financeiramente. Em muitos casos, ele a proíbe de trabalhar fora e até passa para o nome dele os bens que ela possui, contra a vontade dela. Já a violência sexual, é quando o parceiro obriga a mulher a práticas que ela não quer e se negar a usar preservativo, por exemplo. A

violência sexual é a única com uma lei à parte, a de estupro. O agressor só será enquadrado também na Lei Maria da Penha se tiver praticado uma das violências descritas anteriormente.

24 FEMINICÍDIOS

O feminicídio é o último degrau de uma escalada que compõe os diferentes tipos de violência doméstica. Esta escalada começa com ameaças e agressões verbais. Segundo a assistente social Maria Helena Veiga Vieira, as vítimas costumam achar, erradamente, que apenas ao sofrer a violência física é que se pode ir à delegacia. Maria Helena repassou os dados de feminicídios dos últimos três anos: 2015, 33 assassinatos motivados por ódio contra a mulher; 2016, 47; e 2017, 51. De janeiro a junho de 2018, 24 mulheres foram mortas por feminicídio no Maranhão; as mais recentes aconteceram em maio (1) e junho (3) deste ano. Em São Luís, Marcele Cardoso foi morta em junho pelo exnamorado que não aceitava o fim do relacionamento. O mesmo se matou após o assassinato. No mesmo mês, na zona rural da capital maranhense, Terezinha Almeida Diniz foi morta a facadas pelo ex-namorado, que teve uma crise de ciúmes após vê-la dançando com outro rapaz na noite anterior ao crime. O assassino se suicidou após cometer o feminicídio.

Ainda em junho deste ano, Neurivania Barbosa foi assassinada a facadas na frente de seus filhos, em Formosa da Serra Negra. Seu ex-marido não aceitava o término do relacionamento. E em maio de 2018, em Imperatriz, Erica Camila foi morta pelo ex-companheiro, que a enterrou em uma cova rasa, na tentativa de ocultar o cadáver; ele também teria tido uma crise de ciúmes, "motivo" do crime.

SEMINÁRIO PELOS 12 ANOS

Em comemoração aos 12 anos da Lei Maria da Penha, foi realizado na Casa da Mulher Brasileira o seminário de aplicabilidade desta lei. O evento ocorreu na manhã de ontem (9), a partir das 9h e foi aberto pela diretora do Centro da Mulher Santa Micaela, Marjorie Blonco; Esmeralda Freira, do Fórum Maranhense de Mulheres; pela secretária Terezinha Fernandes e pela representante do Conselho Estadual da Mulher, Raimunda dos Santos. Esse foi o quarto seminário realizado, um por ano. Participaram das mesas de debate órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça, como a Defensoria Pública do Estado, o Tribunal de Justiça do Maranhão, o Ministério Público do Estado, a Secretaria de Estado de Segurança Pública, além dos órgãos do executivo estadual, a Secretaria de Estado da Mulher e a Secretaria de

machista

Estado da Saúde. O seminário integra o conjunto de atividades alusivas ao enfrentamento da violência contra a mulher, visando debater os avanços e conquistas a partir da lei e os desafios que ainda existem para a sua consolidação. As ações estão sendo desenvolvidas, de forma articulada, com o Conselho Estadual da Mulher, Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e com Organismos de Políticas para as Mulheres em 86 municípios, fortalecendo as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres no estado e o fortalecimento da Rede

de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O conjunto de atividades, segundo a secretária Terezinha Fernandes, fortalece a política de proteção à mulher e reúne organismos estaduais e instituições parceiras para discutir estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres no estado. "Ouanto mais for discutido. o tema estará nas principais agendas e mais medidas podem ser implementadas. O governo do Estado desenvolve uma política de largo alcance às mulheres em todo o Maranhão e consolida esse trabalho com medidas, projetos e programas resolutivos", ressaltou a secretária.

PMMA criou patrulha com o nome da lei para socorrer vítimas de violência

Uma ação do Estado do Maranhão, por meio da Polícia Militar, foi a implantação da Patrulha Maria da Penha, pelo Decreto Governamental nº 31.763/2016. Os policiais, tanto mulheres como homens, costumam fazer visitas periódicas às casas das vítimas, que devem ser agendadas por telefone. A coronel Augusta Andrade, que comanda a Segurança Comunitária de São Luís e coordena a Patrulha Maria da Penha, afirmou que os agentes ainda acompanham as vítimas de violência doméstica em audiências do processo de agressão, bastando para isso uma solicitação prévia por parte da mulher à Patrulha. Augusta Andrade informou ainda que o funcionamento do programa começou em fevereiro de 2017, e que de lá até o dia 4 deste mês já foram realizadas 52 prisões de agressores. "A

gente oferece assistência à vítima, e ainda fiscalizamos o agressor para que ele não se aproxime dessa mulher. Em caso de descumprimento da medida protetiva, o agressor é encaminhado a uma delegacia", informou a coordenadora da Patrulha Maria da Penha. Todas as mulheres que são acompanhadas por esse programa utilizaram o número (98) 99219-3671, adesivado nas viaturas da patrulha, para fazer as denúncias. Para Augusta Andrade, sobre

Para Augusta Andrade, sobre a dificuldade na aplicação da Lei Maria da Penha, ainda falta agilidade. "A vítima corre risco de morrer, quando já sofre ameaças, e acontece que o agressor precisa ser notificado, precisa ser encontrado, e isso às vezes demora muito acontecer", disse a comandante da Patrulha Maria da Penha.

FOTOS: GILSON FERREIRA



Seminário realizado nessa quinta-feira, em São Luís, debateu os avanços e os desafios da Lei Maria da Penha

Fórum de Codó suspende expediente nesta sexta-feira

O Fórum da Comarca de Codó vai suspender expediente nesta sexta-feira (10). De acordo com Portaria assinada pela juiza Karla Jeane Matos, titular do Juizado Especial Cível e Criminal e Diretora do Fórum, o motivo é o feriado municipal pela passagem do dia de Santa Rita e Santa Filomena, padroeiras do Município de Codó, instituído pela Lei Municipal n°308, 19 de Janeiro de 1967. Destaca a Portaria: "Decretar feriado, para efeito forense, na data de 10 de Agosto do ano em curso, ficando os atos, bem como a contagem dos prazos processuais, suspensos, à exceção daqueles tidos como urgente por Lei. O Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão ressalta que serão feriados forenses os sábados, feriados nacionais, segundas e terçasfeiras de Carnaval, quintas e sextas-feiras Santas e o dia 8 de dezembro. São considerados feriados, também, os declarados em lei municipal. Já o Ato nº 1664/2012 do Tribunal de Justiça do Maranhão ressalta que não há expediente forense quando de feriados definidos em lei municipal. E no art. 6° fica claro que os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário. No art. 7º do mesmo documento, é determinado que nos dias em que não houver expediente forense funcionará o Plantão Judiciário.

Informe JP

Procon no Fórum

Nesta sexta-feira (10), às 11h30, no Fórum do Calhau, será inaugurado um posto de atendimento do Procon-MA, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; da diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes; da presidente do Procon-MA, Karen Barros, entre outras autoridades.

O posto funcionará com dois guichês, em sala cedida pelo Poder Judiciário, com equipamentos e servidores disponibilizados pelo Procon, e vai realizar atendimentos gerais das 8h às 13h; e Conciliação das 14h às 18h.

Informe JP

Fatos, factoides e o equívoco do líder do governo

O deputado estadual Rogério Cafeteira (DEM), líder do governo Flávio Dino na Assembleia Legislativa, usou sua rede social para comentar o despacho da juíza Anelise Nogueira Reginato, da 8ª Zona Eleitoral de Coroatá, que decidiu pela inelegibilidade do governador Flávio Dino e do atual candidato a deputado federal Márcio Jerry, ambos do PCdoB. Cafeteira disse que a juíza "pode 'declarar' o que quiser, só não tem poder para tornar candidato inelegível, até porque essa condenação teria que passar por um órgão colegiado ou transitado em julgado". "Portanto, isso não é um FATO e sim mais uma FAKE!", concluiu Cafeteira.

Está equivocado o líder do governo. A decisão da juíza Anelise pode ser tudo, menos uma fake: ela existe. Mais apropriado seria o deputado Rogério Cafeteira afirmar que se trata de um factoide.

'Decisão absurda'

O pré-candidato a deputado federal Márcio Jerry também comentou, em entrevista, a decisão da juíza de Coroatá. "É uma decisão que nos espanta, pelo grau de absurdo que ela tem. Não tem o menor sentido jurídico, não tem a menor razão para acontecer. E não há essa inelegibilidade. É uma decisão estranha, de primeira instância, não vai acarretar em nenhum prejuízo à continuidade da minha pré-campanha nem da do governador Flávio Dino. Eu sou leigo no Direito, mas ao ler a sentença eu me assustei com o grau de absoluta inoportunidade, de absoluta falta de razão para essa decretação pela juíza. Realmente, é um caso muito estranho que se assemelha a esses factoides que nós vemos todos os dias", afirmou Jerry.

'Desatino'

Jerry também disse acreditar que a decisão da juíza Anelise – para ele, um 'desatino' – seja revertida pela instância superior, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA):

"Estamos plenamente seguros de que essa decisão será,

por absurda, absolutamente reconsiderada pela instância superior da Justiça maranhense, na qual a gente acredita muito e sabe que não comete tais desatinos", disse

MPE opinou pelo arquivamento

É interessante notar que, no próprio despacho da juíza Anelise Reginato, um trecho revela que mesmo o Ministério Público Eleitoral (MPE) – responsável por detalhar as acusações contra os políticos e mencionar a Lei Eleitoral supostamente violada – opinou pelo "arquivamento dos autos".

O MPE entendeu que "não foram juntadas, no momento oportuno, provas suficientes e contundentes à representação dos autos".

Alerta de Dino

O governador Flávio Dino postou ontem (9), às 12h48, no Twitter, o seguinte:

"Avisaram-me que o grupo Sarney está tramando um novo factoide querendo usar a Polícia Federal. Não quero crer que um delegado se preste a esse tipo de armação. Seria mais uma desmoralização".

Informe JP

Weba segue inelegível

Os ministros da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negaram, por unanimidade, provimento a um agravo do deputado estadual Hemetério Weba (PP) e confirmaram decisão da Justiça do Maranhão que o torna inelegível.

Os magistrados acompanharam voto do ministro Francisco Falcão, relator da matéria. Eles reformaram uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e suspenderam, por três anos, os direitos políticos do parlamentar.

Não prestou contas

Weba foi originalmente condenado em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) em 2006, quando era prefeito de Nova Olinda do Maranhão.

Ele não prestou contas de sua gestão à Câmara Municipal

Ministra do STJ profere palestra sobre Execução da Pena em SL

A ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é a convidada da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Emam) para a próxima edição do projeto Durante o Expediente, que acontecerá 10 de agosto. A magistrada proferirá a palestra tema Execução da Pena: Direitos Humanos e Jurisprudência, a partir das 10h, no auditório do Fórum de São Luís (Calhau). O evento é aberto ao público.

Autora da "Anistia, Justiça e Impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil e Doutrinas essenciais: Processo Penal (organizadora, ao lado de Guilherme de Souza Nucci); na palestra a ministra fará considerações sobre o tema e suas conexões com os direitos humanos, com base nas jurisprudências correntes. A palestra contará com a participação de membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, servidores estaduais, advogados, além de professores especialistas no direito, estudantes e pesquisadores.

As inscrições serão feitas no local e darão direito a certificado de participação emitido pela Esmam. Informações adicionais pelo e-maildivtreinamento@tjma.jus.br. O projeto Durante o Expediente é organizado pela Esmam para promover o debate sobre temas cotidianos nas lides forenses e instrumentos jurídicos importantes para a efetividade da Justiça.

(...)

Abraço do Dia

O nosso abraço desta sextafeira vai para o artista plástico Waldemar Barros, curador da exposição "Anjos da Arte", em cartaz na Galeria de Arte do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A mostra coletiva reúne imagens sacras, folclore maranhense, casarões do Centro Histórico de São Luís, paisagens urbanas e dos Lençóis Maranhenses, pinturas monocromáticas e telas estilizadas, entre outras. O espaço fica aberto ao público das 8h às 18h. (...)

POP DESTAQUE



Em cartaz até o dia 24 deste mês, na Galeria de Arte do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), a exposição coletiva dos artistas plásticos Waldemar Barros, Érica Amanda, Francisca Meskita, Nelson Oliveira e Souza HNG. São 24 obras, com a técnica óleo sobre tela. O espaço fica aberto ao público de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Intitulada "Anjos da Arte", a exposição coletiva reúne imagens sacras, folclore maranhense, casarões do Centro Histórico de São Luís, paisagens urbanas e dos Lençóis Maranhenses, pinturas monocromáticas e telas estilizadas, entre outras. Waldermar Barros, que também é o curador da exposição, destaca nas suas telas os casarões e o tambor de crioula. Já o artista Souza HNG trabalha as cores frias, nas pinturas monocromáticas, a partir de fotografias que produz e depois leva para a pintura em óleo sobre tela; Nelson Oliveira retrata a parte sacra da pintura e são dele os quadros "O Bom Pastor" e "São Francisco"; Francisca Meskita priorizou a paisagem urbana; e Érica Amanda, a artista mais jovem que compõe a coletiva, retrata vários estilos, com imagens que vão desde paisagens a obras estilizadas. A Galeria Celso Antônio de Menezes é responsável pela promoção das ações culturais que contemplam as artes em geral (teatro, música, artes plásticas, fotografia). O espaço funciona desde agosto de 2014 e é aberto para exposição de artistas locais. Sua finalidade é fomentar a arte junto à comunidade jurídica.

Preso delegado de Esperantinópolis acusado de envolvimento em corrupção

PÁG. 12 [C1]

Cumprida prisão preventiva contra delegado de Esperantinópolis por suspeita de corrupção

Idaspe Perdigão foi ouvido na Seccor e encaminhado ao anexo da Delegacia Especial da Cidade Operária

NELSON MELO

A Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor) cumpriu a prisão preventiva contra o delegado Idaspe Perdigão Freire Júnior, lotado na Delegacia de Polícia Civil de Esperantinópolis, distante 350km de São Luís. Ele, que foi preso na tarde de quarta-feira (8) naquele município, é suspeito de corrupção em irregularidades envolvendo veículos e já está encarcerado no anexo da Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop).

Segundo obtido pelo Jornal Pequeno com a Seccor, o delegado, contra o qual havia um mandado de prisão preventiva, expedido pelo juiz Bernardo Luiz de Melo Freire, estaria se beneficiando de um grande esquema que envolvia outras pessoas, recebendo dinheiro com a venda de motocicletas que ficavam apreendidas no pátio da Delegacia de Esperantinópolis. Além disso, o grupo também pedia grana aos familiares de presos por delitos

diversos, para que os conduzidos fossem soltos. Ao JP, o delegado Roberto Fortes, titular da Seccor, disse que Idaspe começou na Polícia Civil como escrivão, depois passou no concurso para delegado. Na instituição, ele tem 22 anos de carreira. Perdigão, a propósito, assumiu a Delegacia de Esperantinópolis em dezembro do ano passado no lugar do delegado Diego Maciel.

Fortes salientou que o delegado Perdigão chegou a São Luís ainda na quarta-feira. Ele foi ouvido na Seccor e depois levado ao anexo da Decop.

CARCEREIRO E FUNCIONÁRIO MUNICIPAL

No dia 17 de julho deste ano, a Superintendência de Combate à Corrupção já tinha prendido o carcereiro Raimundo da Silva Barros e o funcionário municipal Ronaldo de Sousa Santos, que é assessor de Comunicação da Prefeitura de Esperantinópolis. Eles estavam sendo monitorados por esquema na venda de



O delegado Idaspe Perdigão é suspeito de envolvimento em um esquema de corrupção na delegacia de Esperantinópolis

motocicletas que ficavam apreendidas no pátio daquela delegacia.

Os dois, assim como o delegado Idaspe Perdigão, também foram capturados em cumprimento a mandados de prisão preventiva. contas

Improbidade

Ex-Prefeito de Apicum-Açu é condenado por falha em prestação de contas

Uma sentença proferida pelo Judiciário da Comarca de Bacuri condenou por atos de improbidade administrativa Sebastião Lopes Monteiro, ex-prefeito de Apicum-Açu, termo judiciário da comarca. Ele foi condenado por irregularidades nas prestações de contas referentes aos exercícios financeiros de 2011 e 2012. A sentença, assinada pelo juiz Alistelman Dias Filho, condenou o ex-gestor à suspensão dos direitos políticos pelo período de cinco anos; ao pagamento de multa civil de dez vezes o valor da remuneração de dezembro de 2009, quando era prefeito do Município de Apicum-Açu; e à de proibido de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais pelo prazo de cinco anos.

A ação, que tem como autor o Município de Apicum-Açu, tem como base o Processo Administrativo nº 7730AD/2013, oriundo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do

Maranhão, que instaurou procedimento para averiguar irregularidades na aplicação e prestação de contas de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no município de Apicum-Açu, referente aos exercícios financeiros dos anos 2011 e 2012, sob a responsabilidade do ex-gestor. O Município relatou que foi verificado que o ex-prefeito praticou os atos de improbidade administrativa, consoante previsto no art. 11, VI, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), vez que, consciente de suas obrigações, não apresentou as prestações de contas devidas quanto a tais recursos públicos. O requerido afirmou que provaria no decorrer da instrução processual, que a conduta por ele praticada não teria sido da forma narrada na ação, porém não juntou qualquer prova de suas alegações.

"A matéria debatida nos autos não necessita de dilação probatória, razão pela qual, considerando a desnecessidade de realização de quaisquer outros atos de instrução, bem como ante a decretação da revelia do réu, passo ao julgamento antecipado da lide, na forma preconizada no art. 355, inciso I e II, do Código de Processo Civil", entendeu o juiz. A sentenca ressaltou que a Constituição Federal dispõe que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. "Os atos de improbidade administrativa importarão à suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível", destacou o magistrado na sentença.

Presidente do TJMA recebe membros da Abracrim

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu, nessa quinta-feira (9), o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas no Estado do Maranhão (Abracrim), Erivelton Lago, acompanhado de uma comitiva de profissionais da advocacia.

Na ocasião, foram feitas sugestões e considerações a respeito da modernização do Poder Judiciário, com a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe), bem como algumas particularidades encontradas nos fóruns e nas varas criminais da Justiça estadual. O desembargador Joaquim Figueiredo disse que os advogados sempre serão bemvindos ao Tribunal de Justiça, porque eles podem contribuir, como operadores do Direito, para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários.

"Recebemos todas as sugestões, pois queremos uma Justiça cada vez mais comprometida e sintonizada com a cidadania", frisou.

Na oportunidade, o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas no Estado do Maranhão destacou a importância do fortalecimento da advocacia criminal, citando que é fundamental o diálogo permanente entre as instituições.

DIVULGAÇÃO



O desembargador Joaquim Figueiredo disse que os advogados sempre serão bem-vindos ao Tribunal